

PORTO & MAR

União busca solução para acesso ferroviário

Secretaria Nacional de Portos quer ampliar capacidade de trecho férreo para evitar gargalo no transporte de cargas ao cais santista

FERNANDA BALBINO
DA REDAÇÃO

O Governo Federal estuda alternativas para garantir investimentos nos acessos ferroviários ao Porto de Santos, principalmente na “ferradura”, sob concessão da MRS. Há duas opções: manter a estrutura de linhas férreas sob o domínio da concessionária, mas com a obrigação de investimentos para adequação de capacidade, ou passá-la para a administração da sociedade de propósito específico (SPE) que ficará responsável pela Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips).

O tema foi abordado pelo secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni, ontem, durante sua participação na 1ª edição do Webinar Porto & Mar 2021, realizado pelo Grupo Tribuna. O programa é apresentado pelo editor de Porto &

Mar de A Tribuna, Leopoldo Figueiredo.

A “ferradura” é formada pelas linhas férreas que ligam o sopé da Serra do Mar às duas margens do Porto de Santos. Recebe esse apelido pelo seu traçado em forma de U – o lado que se dirige à Margem Direita do complexo tem 19 quilômetros de extensão e a parte destinada à Margem Esquerda, 24 quilômetros.

Segundo Piloni, a decisão ainda não foi tomada pelo Ministério da Infraestrutura. Mas as discussões giram em torno de adequar os acessos ferroviários ao cais santista para o aumento da capacidade prevista tanto no Planalto quanto nas vias internas do Porto.

No ano passado, a Rumo Logística (Grupo Cosan) renovou antecipadamente sua concessão da malha ferroviária paulista. Com isso, essas linhas receberão investimentos de mais de R\$ 6



Secretário Diogo Piloni participou do Webinar Porto & Mar 2021 ontem, nas redes sociais do Grupo Tribuna

bilhões. Como resultado, a capacidade de transporte ferroviário em direção ao Porto de Santos poderá chegar às 100 milhões de toneladas anuais.

Na área do Porto, a Autoridade Portuária de Santos quer ampliar a capacidade

ferroviária, de 50 milhões de toneladas ao ano, das quais 45 milhões de toneladas já são operadas. Para 2024, projeta-se a movimentação de 86 milhões de toneladas por ano no cais santista. Para isso, é prevista a criação de uma SPE para os investimen-

tos, estimados em R\$ 2 bilhões na malha interna.

“Se a gente está, no lado terra, com as concessões com desenvolvimentos grandes e investimentos vultosos e perspectivas de crescimento, e dentro da poligonal (área portuária),

também com essa mesma perspectiva, não faz o menor sentido que, no meio do caminho, a gente não tenha o desenvolvimento da linha ferroviária do ramal referente à ferradura”, disse Piloni.

EVITAR GARGALO

De acordo com o secretário, qualquer decisão do Ministério da Infraestrutura leva em conta evitar que os acessos ferroviários viam um gargalo para a movimentação de cargas através dos trilhos no Porto de Santos.

“Se a decisão for a prorrogação com a ferradura com a MRS, que tenha os investimentos necessários no prazo que a gente almeja dentro de cenário de crescimento da carga ferroviária. A segunda alternativa é de incorporar a ferradura dentro do contrato da Fips”, destacou o secretário nacional de Portos.

Arrendatários pedem revisão de contratos

Arrendatários de terminais portuários solicitaram ao Governo Federal uma revisão dos contratos de arrendamento corrigidos através do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M). O motivo é a alta variação do indicador em 2020. A questão está em discussão no Ministério da Infraestrutura e a previsão é de que uma solução saia ainda neste trimestre.

No ano passado, o IGP-M cresceu 23,14%, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 4,52%. O primeiro indicador é calculado pela Funda-

ção Getúlio Vargas (FGV), enquanto o segundo é de responsabilidade do IBGE.

Segundo o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni, dos cerca de 200 contratos de arrendamentos portuários, cerca de 100 são corrigidos pelo IGPM.

De acordo com o presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sérgio Aquino, a variação do índice pode causar impactos diretos na receita das empresas do setor. “Solicitamos revisão desse índice no ano passado em função da distorção. que ge-

rará graves problemas”.

Para Piloni, a questão é complexa, principalmente porque envolve diversos órgãos, entre eles os de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU). Segundo o executivo, “2020 foi um ponto fora da curva” por conta dos impactos econômicos causados pela pandemia da covid-19.

A Secretaria de Portos já iniciou uma prospecção com outros setores de infraestrutura. “Não faz sentido que índice gere vantagem para qualquer parte. O índice de atualização tem que ser justo, não há efeito de beneficiar”, disse Piloni.

BR do Mar deve ser implantada até junho

O programa BR do Mar, de incentivo à cabotagem, deve ser implementado ainda neste semestre. Esta é a previsão do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni. Ele afirma que técnicos da pasta já iniciaram discussões com os senadores, que deverão apreciar o projeto no próximo mês.

O Projeto de Lei nº 4.199/2020, já aprovado pela Câmara dos Deputados, institui o Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem. Agora, ele precisa ser apreciado no Senado e, então, seguir para a sanção do

presidente Jair Bolsonaro.

Segundo Piloni, os parlamentares sabem do senso de urgência que o projeto precisa. E a expectativa é de que haja uma discussão célere. “O que a gente teve na Câmara (dos Deputados) foi algo absolutamente natural, não teve nada de tão surpreendente. É um tema complexo de entendimento, afeta a vida de muitas pessoas, muitos grupos econômicos, sindicatos de trabalhadores marítimos, portuários. Naturalmente, o local de debate é o Congresso Nacional”, afirmou.

Piloni também acredita que os senadores não de-

vem alterar questões relacionadas ao Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto). Trata-se do benefício fiscal criado para incentivar investimentos na modernização e na ampliação do setor portuário.

Um artigo do projeto de lei prevê a ampliação da validade do Reporto, encerrado em 31 de dezembro, até o final do ano. “Entendo que haverá, sim, a aprovação desse ponto bastante discutido na Câmara”, afirmou Diogo Piloni.

VANESSA RODRIGUES